



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

PLANEJAR É PRECISO... O PLANEJAMENTO E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Danielle Cardozo Paz¹
Ana Paula Cardoso da Silva²
Lais Olimpio da Silva³
Jessica Taiane da Silva⁴
Thamiris Pereira da Silva Coelho⁵
Luisa de Assis Guimarães⁶
Patrícia Silva Jones Valadares⁷

Resumo: Este trabalho busca analisar problemáticas sobre o planejamento da intervenção das assistentes sociais da saúde reprodutiva do HFSE. Constata que o planejamento é dificultado por questões internas e externas à instituição, que superdimensionam a ação pragmática, desvalorizando a teoria crítica. Propõe-se o comprometimento ético como estratégia para ultrapassar o imediatismo.

Palavras-chave: pragmatismo, planejamento, imediaticidade, prática profissional.

Abstract: This paper seeks to analyze issues regarding the intervention plane of social workers of HFSE reproductive health. It's about how planning is hampered by internal and external factors that overestimate pragmatic action, devaluing critical theory. As a proposal to overcome this kind of immediacy, it adopts Ethical commitment as a helpful strategy.

Keywords: pragmatism, planning, immediacy, professional practice.

INTRODUÇÃO

Parafraseando Fernando Pessoa, PLANEJAR é preciso, “viver não é preciso!”. Diante de um contexto de neoliberalismo e barbárie (BEHRING, 2011), o presente trabalho consiste em uma reflexão teórica em torno de limitações encontradas no planejamento da prática profissional de assistentes sociais inseridas na saúde reprodutiva do Hospital Federal dos

¹ Profissional de Serviço Social, Hospital Federal dos Servidores do Estado, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

² Profissional de Serviço Social, Hospital Federal dos Servidores do Estado, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

⁴ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

⁵ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

⁶ Estudante de Graduação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

⁷ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense, E-mail: lelic82@yahoo.com.br.

Servidores do Estado (HFSE). A necessidade de uma análise com este escopo é proveniente de observações, por parte das profissionais e das estagiárias do setor, com relação às dificuldades para a implementação das atividades planejadas na proposta interventiva elaborada com vistas à atuação profissional do Serviço Social. Desse modo, pretende-se compreender alguns elementos que interferem de forma negativa no planejamento da prática profissional do assistente social, visando possibilitar a articulação de estratégias que favoreçam o ato de planejar e agir em consonância com o que foi proposto e com o Projeto Ético/Político profissional.

A prática profissional do assistente social: planejamento, cotidiano e mercado de trabalho

Segundo Ferreira (*apud* BAPTISTA, 2007), o planejamento é organizado através de operações interligadas e relacionadas em um processo contínuo de reflexão, decisão, ação e retomada da reflexão. Tal processo torna possível a identificação da dimensão político-decisória que norteia a ação a partir de um posicionamento ético. Assim, planejar é um ato político, no qual: “a dimensão política do planejamento decorre do fato de que ele é um processo contínuo de tomadas de decisões inscrito nas relações de poder, o que caracteriza ou envolve uma função política”. (BAPTISTA, 2007, p. 17)

O conhecimento da realidade, das condições objetivas para a realização de ações e das relações de poder existentes no ambiente, tornam possível a efetivação de práticas em acordo com o direcionamento ético-político desejado. Planejar, portanto, requer conhecer, tomar decisões e operacionalizá-las.

Todavia, é necessário ressaltar que existe uma série de condições que desfavorecem o planejamento na prática profissional do assistente social. Apesar de a profissão possuir o Código de Ética pautado em um direcionamento ético-político específico, o lugar do assistente social, enquanto trabalhador assalariado, submete-lhe às condições impostas pelo mercado de trabalho. A precarização das condições de trabalho (desemprego, subemprego, baixos salários) traz mudanças significativas para toda a classe trabalhadora, incidindo nas demandas postas aos assistentes sociais – que a atendem e fazem parte da referida classe, cada vez mais pauperizada - e nas próprias condições de trabalho desses profissionais.

A lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais passa a se constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, configurando concepções de eficácia, produtividade, competência, de acordo com as exigências do mundo burguês para a acumulação/valorização do capital. (GUERRA, 2007, p. 8)

Guerra (2007) aponta, ainda, que a lógica do capital interfere na forma de agir e nos resultados da prática profissional, impondo desafios à efetivação de ações em acordo com o Projeto Ético/Político do Serviço Social. As condições de trabalho atuais, aliadas às novas expressões da Questão Social e a crescente escassez de investimentos em políticas sociais, levam a um contexto desafiador, trazendo dificuldades na leitura da realidade e no planejamento das ações, visto que o cotidiano se apresenta a partir de inúmeras implicações.

É no âmbito da vida cotidiana e por meio da divisão sociotécnica do trabalho que o Serviço Social se insere como profissão interventiva que responde às mais diversificadas e complexas expressões da Questão Social. O real perigo da vida cotidiana para os assistentes sociais é que a mesma é marcada por traços característicos que encobrem os fundamentos da realidade, uma vez que esses traços valorizam a imediatividade e a praticidade como elementos indispensáveis para a solução de determinadas demandas e eliminam a reflexão crítica necessária à profissão.

Considerando o tripé do neoliberalismo para as políticas sociais: privatização, focalização/seletividade e descentralização (DRAIBE, 1993), além das inúmeras problemáticas postas à profissão pelas alterações desfavoráveis à classe trabalhadora junto ao mercado de trabalho, observa-se que o âmbito do cotidiano, onde atua o assistente social, mostra-se extremamente propício à realização de ações que não pressupõem planejamento.

Dessa forma, encontra-se aqui o ponto de discussão traçado neste trabalho: estaria a prática profissional do assistente social sendo contaminada pelos aspectos constitutivos da vida cotidiana? O profissional do Serviço Social está tão assoberbado e imerso pelo cotidiano, que estaria dando respostas instrumentais, sem raciocínio crítico, valorizando as soluções imediatas dos problemas? E, por fim, quais os desafios, então, do exercício profissional, sobretudo de assistentes sociais que atuam na saúde reprodutiva do HFSE de romper com o pragmatismo, o imediatismo e o espontaneísmo, por meio da reflexão e construção de estratégias em seu planejamento?

Conforme postulado por Heller, “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro” (Heller,1992,p.17). Nesse viés, é nessa relação que ocorre a mediação entre a produção e o indivíduo, é onde acontece a reprodução social. Sendo assim, é no seio da vida cotidiana que se desempenha interação, organização, actualização e socialização. Destarte, a cotidianidade pode ser caracterizada como uma unidade imediata do pensamento e da ação.

A unidade imediata de pensamento e ação expressa-se também no fato de que, na vida cotidiana, identificam-se o *verdadeiro* e *correto*. O que revela ser correto, útil, o que oferece ao homem uma base de orientação e de ação no mundo, o que conduz ao êxito, é também “verdadeiro” (HELLER,1992, p. 45).

Na prática profissional, a imediaticidade se expressa como marca central do cotidiano, haja vista que, no modo de produção capitalista, o trabalhador é constantemente obrigado a dar conta de tudo a todo instante. Sob essa perspectiva, ele realiza todas as coisas de forma dinâmica por meio de um agir instantâneo. Por conseguinte, há pouco espaço para pensar e refletir. Esse fazer de suas atividades e intervenções de forma imediata e automática é o que se denomina pragmatismo.

O pensamento e a ação pragmáticos são tendências da vida cotidiana que causam a perda da capacidade de reflexão e colocam os resultados das experiências práticas do dia a dia como uma verdade absoluta que simplesmente deve ser executada vez após vez. E por consequência, a verdade é aplicada “como fruto das consequências práticas”. (POGREBINSCHI apud GUERRA, 2013, p.42).

(...) o pragmatismo, como o modo de ser da imediaticidade do mundo burguês e de sua representação ideal, tomada a partir da experiência, opera com tamanha sutileza que temos dificuldade de perceber que ele é apenas o modo de ‘apreensão da aparência’ do real e não o modo de ser do próprio real. (GUERRA, 2013, p.44).

Nesse sentido, a ação pragmática, como alicerce do pensamento que sustenta a práxis cotidiana, ameaça a ação profissional dos assistentes sociais. Essa leva o profissional a desempenhar suas atividades sempre da mesma forma, sem utilizar o crivo da consciência para as ações que pretende executar. Assim, como resultado, tem-se uma prática pautada no fazer por fazer, uma rotina mecânica que é transformada unicamente em execuções de determinados processos.

O pragmatismo é um grande vilão na atuação do profissional do Serviço Social, visto que, de acordo com Guerra, é o responsável

pelo profundo desprezo que, em geral, alguns profissionais sentem por uma teoria crítica, não por qualquer saber, não pelo saber prático-instrumental, mas por aquele que efetivamente busca os fundamentos e, por isso, nem sempre se reverte em respostas imediatas. (GUERRA, 2013, p.42).

Outrossim, acrescenta Guerra que “no Serviço Social o pragmatismo converte-se numa tendência incidindo tanto sobre os profissionais que se localizam na academia como nos que se inserem na execução/planejamento/avaliação das políticas sociais”. (GUERRA, 2013, p.42). Nesse ângulo, a ameaça advinda desse situa-se quando os profissionais assumem uma postura pragmática e passam a sobrepor a prática à teoria.

Essa exacerbação do valor da prática em detrimento da teoria é acentuada pelas relações postas no mundo do trabalho, que é marcado por um ambiente de altas demandas e estresse, sendo traçado por cobranças, prazos desumanos e exigência de respostas imediatas dos profissionais; muitos assistentes sociais não vislumbram outra saída a não ser as respostas

rápidas e espontâneas. Isto é, erroneamente materializam que teoria e prática não formam uma unidade, enaltecendo como prioridade a prática cotidiana, desvalorizando o raciocínio crítico.

A postura pragmática pode levar o assistente social ao risco iminente de abandonar uma das características fundamentais da profissão: a investigação da essência do que está posto no *status quo*, o olhar para além do óbvio que busca compreender os fundamentos das expressões da Questão Social, que se colocam na realidade da prática profissional. Há o risco da perda do olhar crítico “para além do capital”. Sob essa óptica, é extremamente necessário que o profissional esteja completamente comprometido com os pressupostos que regem a profissão. Além disso, é preciso reafirmar a necessidade da leitura marxista, elegendo a teoria crítica como norteadora e única que permite realizar as reflexões sobre as determinações da realidade.

A compreensão da realidade torna possível ao profissional apreender o planejamento enquanto instrumentalidade da profissão. As normativas e legislações específicas do Serviço Social nos mostram que o planejamento constitui-se como uma atribuição e competência no exercício da profissão em todas as suas esferas de atuação, sejam públicas, privadas ou no terceiro setor. Tomando por referência a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, a qual regulamenta a profissão, destacamos algumas competências do assistente social do Art. 4º que explicitam a relação direta ao ato de planejar:

- I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
- II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;
- VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;
- VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;
- X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social. (BRASIL, 1993).

Conforme já mencionado, o planejamento, no Serviço Social, é composto por ato técnico e político. Seja qual for a metodologia utilizada no planejamento, há influência no aspecto político referente à disputa entre interesses opostos, o que se traduz e explicita na luta de classes, marco da sociedade capitalista em que vivemos. De acordo com Barbosa, “[...] a dimensão política decorre do fato de ser o planejamento um processo contínuo de tomada de decisões, na busca de caminhos, sobre o que fazer, por que é, para que fazer, onde fazer e quando fazer, quer pela área governamental, quer pela área privada” (*apud* BERTOLLO, 2016, p. 337). Ao profissional, portanto, não é possível ter uma postura de neutralidade na realização do planejamento, nas escolhas tomadas e nas ações realizadas; as mesmas devem ser baseadas em uma perspectiva de priorização da defesa dos interesses coletivos e na garantia

de direitos e não na priorização de interesses individuais de uma minoria dominante. Assim, um profissional que busque a neutralidade está fadado a reproduzir a realidade hegemônica.

Neste viés de pensamento, o chamado “planejamento participativo” tem como ideal a participação e possibilidade de usufruir os bens naturais e/ou produzidos pelo ser humano, além da necessidade de superação da ordem vigente, o que mostra ser uma metodologia de estreita ligação com o Projeto Ético/Político que o Serviço Social defende. “[...] ele foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social.” (GANDIN *apud* BERTOLLO, 2016, p. 343). Por conta disso, ele se encontra como um meio de conseguirmos de fato ir além da mera “administração” e apaziguamento das demandas e necessidades dos sujeitos, uma vez que o Projeto Ético/Político vislumbra ações em acordo com a construção de uma outra realidade social.

O planejamento da prática profissional na saúde reprodutiva do HFSE: o fazer profissional entre a teoria crítica, o pragmatismo e as transformações societárias atuais

O Serviço Social se insere na saúde reprodutiva do HFSE a partir de três frentes de trabalho, a saber: o pré-natal de alto risco, a Unidade Materno Fetal (UMF) e a Unidade Neonatal (UN)⁸. Apesar de contar com uma equipe comprometida que atua em acordo com o Projeto Ético/Político profissional, os assistentes sociais deste setor não são isentos das questões presentes na realidade social atual.

O planejamento da prática profissional dos assistentes sociais ocorre em meio a uma diversidade de demandas sociais de complexos encaminhamentos. Tal dificuldade ocorre por conta da diminuição de recursos assistenciais e das novas expressões da Questão Social, que se apresentam de forma cada vez mais contundente. Além disso, a demanda de usuários é maior do que o número de profissionais necessários para a realização do atendimento, o que leva os mesmos a optarem por atender da forma mais ágil, visando não deixar nenhum usuário sem atendimento social. Ou seja, acaba-se por privilegiar a agilidade dos atendimentos individuais aos pacientes internados e/ou por demanda espontânea em detrimento de ações

⁸ O pré-natal de alto risco do HFSE é referência para gestantes que apresentam comorbidades que trazem riscos gestacionais, necessitando de suporte da rede de alta complexidade de saúde. As mesmas internam-se para acompanhamento e parto na UMF junto com seus bebês, quando estes nascem saudáveis. No caso dos recém-nascidos que necessitam de internação hospitalar, os mesmos são encaminhados à UN, que é composta por um berçário e uma Unidade de Tratamento Intensivo.

mais aprofundadas, como processos de educação em saúde e grupos reflexivos, entre outras formas de atendimento mais amplas que possibilitem de maneira mais qualitativa a participação e mobilização dos usuários.

A equipe elaborou o planejamento de sua atuação a partir de um projeto de intervenção, no entanto, o contexto neoliberal culmina em corte de investimentos em políticas públicas e no aumento das expressões da Questão Social. Logo, a saúde é uma das áreas que mais sofrem com a ausência de investimentos, impactando na intervenção dos profissionais que atuam na área. Dessa forma, as ações que requerem maior gasto de tempo para organização e mobilização dos usuários, como grupos e salas de espera, em geral, deixam de ser realizadas. Percebe-se que a implementação desse planejamento é afetada, principalmente, pela falta de tempo dos profissionais que, para atenderem às demandas da equipe e dos usuários precisam optar pela execução de ações mais rápidas e eficientes, pelo grande fluxo de internações e altas na UMF e na UN, fazendo com que, por vezes, o planejamento da prática se torne algo subsequente. Além disso, são encontradas dificuldades nas condições objetivas da instituição e nas requisições inadequadas que chegam ao setor.

Os assistentes sociais enfrentam a falta de condições materiais de trabalho, tais como a ausência de linha telefônica disponível para que as articulações necessárias sejam realizadas, computador em bom estado para que os relatórios sejam elaborados na própria sala sem a necessidade de deslocamento a outro setor. Com relação às demandas inadequadas, é necessário que haja um reforço sobre qual é o papel do assistente social no ambiente hospitalar, pois, frequentemente, algumas demandas que chegam até o Serviço Social deveriam ter sido encaminhadas a profissionais de outras áreas, o que dificulta ainda mais o planejamento e a efetivação do mesmo. Não se pode deixar de mencionar a ideologia institucional, que consiste na requisição de ações contrárias aos pressupostos profissionais e em acordo com a ordem política vigente. Para que tais problemas sejam amenizados, é imprescindível que o assistente social tenha domínio e comprometimento com a lei que regulamenta a profissão, o Projeto Ético/Político, o Código de Ética, suas atribuições e competências.

Mesmo com as dificuldades apontadas acima, é necessário frisar o avanço que representa termos um projeto de intervenção organizado pelos próprios assistentes sociais que trabalham no setor da saúde reprodutiva, onde as ações planejadas estão embasadas teórica e metodologicamente de acordo com os interesses da população atendida. Porém, isso não nos impede de problematizar as limitações desse projeto, dadas as condições objetivas expostas anteriormente.

É importante ressaltar que todo o contexto apresentado com relação à atuação do assistente social na saúde reprodutiva está vinculado ao conceito de *americanização perversa* da proteção social brasileira (VIANNA, 1998), refilantropização das políticas sociais, apassivamento da classe trabalhadora e “reinado do minimalismo” (SOARES, 2000); há uma excessiva fragmentação e setorialização das políticas (BEHRING, 2011), na qual o engessamento da prática é posto pelo racionalismo formal dominante nas instituições assistenciais que visam à reprodução da realidade social através de práticas acríticas. A grande demanda, aliada à ideologia institucional, pode levar o profissional à reprodução automática de ações. Guerra (2007) afirma que o desafio central para o assistente social é transcender o cotidiano e realizar a crítica a seus fundamentos, indo além da análise imediata e apreendendo a realidade social em sua totalidade.

Dessa forma, torna-se permanente a necessidade de reflexão por parte da equipe, visando ultrapassar as limitações impostas pela realidade social e pelo âmbito do cotidiano.

[...] temos que construir estratégias que visem dar certa homogeneidade aos valores e posturas profissionais por meio da construção de projetos que nos indique: o que fazer?; com que meios e estratégias; quando: para onde e com quem avançar? (mas também, se necessário, quando recuar?), e quais medidas podem ser desenvolvidas no interior da profissão visando uma atuação mais crítica, qualificada e vinculada aos movimentos sociais em busca de alianças na construção de condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito aos direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso à riqueza socialmente produzida. (GUERRA, 2007, p. 09).

Sendo assim, acredita-se que algumas medidas devem ser tomadas para propiciar a reflexão sobre a atuação profissional desenvolvida, com objetivo de aprimorá-la e mantê-la próxima aos valores defendidos pelo vigente Código de Ética profissional, propiciando o constante aprimoramento intelectual, e vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária (CFESS, 2011).

Enfim, mais do que pensar quantos usuários conseguimos atender naquele dia, pensamos ser fundamental que o planejamento da nossa atuação profissional contemple certa flexibilidade, que nos possibilite enxergar a totalidade de demandas trazidas por cada usuário e atendê-las da melhor forma possível. Trata-se então, de um planejamento não engessado, que seja modificável de acordo com as necessidades e que mantenha um norte e uma direção comprometida com os interesses dos usuários, viabilizando o acesso a direitos.

Essas constatações mostram que o planejamento da prática profissional do assistente social requer o conhecimento dessa realidade. Para tal, o profissional deve compreender as relações sociais capitalistas, as formas como se apresentam as relações de poder nas políticas e a realidade dos usuários. Ou seja, a equipe de assistentes sociais da saúde reprodutiva do HFSE deve compreender a forma como a instituição se insere na Política de Saúde,

considerando relações de poder internas e externas, assim como entender a situação social de cada usuário de forma singular, em seu aspecto particular. É fundamental conhecer as mediações entre o contexto macrossocietário e as individualidades presentes na totalidade social de cada usuário atendido. Planejar pressupõe conhecimento amplo, capacitação e compromisso ético-político.

Considerações finais

De acordo com os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010), as ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais devem transpor o caráter emergencial e burocrático, como também ter uma direção socioeducativa, através da reflexão com relação às condições sócio-históricas a que são submetidos os usuários e mobilização para a participação nas lutas em defesa da garantia do direito à saúde. Além disso, o profissional precisa ter clareza de suas atribuições e competências para estabelecer prioridades de ações e estratégias, a partir de demandas apresentadas pelos usuários, de dados epidemiológicos e da disponibilidade da equipe de saúde para ações conjuntas. Caso as demandas emergenciais não forem reencaminhadas para os setores competentes por meio do planejamento coletivo elaborado na unidade, vão impossibilitar ao assistente social o enfoque nas suas ações profissionais. A elaboração de protocolos que definem o fluxo de encaminhamentos para os diversos serviços na instituição é também fundamental.

Diante do exposto anteriormente concernente à influência do pragmatismo no planejamento e no fazer profissional, faz-se essencial a articulação indissociável das três dimensões do exercício profissional, as quais se complementam entre si: a teórico-metodológica, a ético-política e a técnico-operativa, tendo esta última sido colocada equivocadamente em último plano, devido à herança conservadora acerca da temática. É evidente que, entre o processo de pensar e planejar até ao processo de executar, há diversos fatores que irão incidir sobre o produto almejado, todavia, para que o mesmo seja alcançado com o êxito proposto, é fundamental que as três dimensões supracitadas estejam em consonância com o Projeto Ético/Político profissional na construção de uma contra-hegemonia societária, por meio das mediações realizadas.

A articulação das dimensões da prática profissional é aspecto primordial no planejamento. Segundo Ramos e Santos (2018, p. 76), a escolha dos instrumentos técnico-

operativos requer um planejamento da ação, “a partir de uma visão de mundo e de um referencial metodológico”. Sendo assim, não há um instrumento conservador, mas dependerá do uso desses instrumentos em relação ao produto planejado. Destaque-se, ainda, que, para a dimensão político-pedagógica inerente à profissão, no sentido de buscar superar a mediocridade da vida cotidiana (CARVALHO; NETTO, 2005), de suspender este cotidiano, é imprescindível o projeto de intervenção profissional qualificado e atualizado, com fins de: “construir um *problema* a intervir – um fragmento do *concreto pensado* – e a alterá-lo num percurso temporal e de ações táticas” (RAMOS; SANTOS, 2018, p. 140), no intuito da superação da imediatividade da prática e encaminhamentos mais efetivos aos (às) usuários (as) atendidos (as), com ênfase no planejamento das ações.

Portanto, apesar das dificuldades mencionadas neste trabalho, os assistentes sociais, juntamente com os estagiários da saúde reprodutiva do HFSE reconhecem a necessidade de aprofundar a reflexão teórica em torno da prática imediata, visando acentuar um processo de capacitação contínuo e fundamental à ultrapassagem do pragmatismo presente no cotidiano.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Maria Veras. **Planejamento Social – intencionalidade e instrumentação**. Veras Editora – CPIHTS, São Paulo – Lisboa, 2007.

BEHRING, Elaine. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERTOLLO, Kathiúça. **Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: *Direitos Sociais e competências profissionais*. Brasília: ABEPSS, CFESS, 2009, p.575-591.

CARVALHO, Maria do Carmo; NETTO, José Paulo. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde.** Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2010.

DRAIBE, Sônia. **As políticas sociais e o neoliberalismo.** Revista USP, n. 17. São Paulo: Ed. da USP, 1993.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional.** In: Serviço social & Sociedade. Nº 91, ano XXVIII, Cortez, São Paulo, setembro de 2007.

GUERRA, Yolanda. **Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares.** Revista Katálysis, Florianópolis, vol.16, n.spe, pp.39-49, 2013.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

RAMOS, Adriana; SANTOS, Francine Helfreich. **A dimensão técnico-operativa no trabalho do assistente social: ensaios críticos.** Campinas: Papel Social, 2018.

SOARES, Laura. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

VIANNA, Maria Lucia. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1998.